

Trabalhadores e trabalhadoras seguem resistindo em todos os espaços públicos e institucionais à privatização da Eletrobras.

Entre “recuos táticos” e “avanços de sinal” o trio Guedes, Bento e Bolsonaro, seguidos de seus operadores, buscam privatizar a Eletrobras no limite da irresponsabilidade.

Lembremos do início de 2021, período em que o governo Bolsonaro foi substancialmente pressionado pela sociedade brasileira em virtude dos preços abusivos do gás de cozinha e da gasolina (que por sinal, continuam batendo recordes) e por conta da tal “interferência política” na Petrobras. Lembramos que a perversa política de preços da Petrobras foi concebida por Pedro Parente, ainda no governo Temer. A válvula de escape do Governo foi iniciar uma série de “avanços do sinal”:

Avanço de Sinal nº 1 - Propor a privatização da Eletrobras por Medida Provisória – a proposta de privatização foi no modelo requeitado do governo Temer como forma de acalmar os mercados e mostrar o andamento da agenda predatória de Paulo Guedes. Dado a relevância da Eletrobras para a segurança energética nacional e das “cotas” para frear a explosão tarifária; o mais prudente seria reconhecer o papel estratégico da Eletrobras controlada pela União e interromper com o processo. Caso o assunto fosse proposto por Projeto de Lei, haveria o espaço para um debate público. Mas porque foi por MP? Entendemos que a escolha da MP foi por dois motivos: colocar o Paulo Guedes no centro do palco da dilapidação do patrimônio nacional e fazer um movimento rápido antes que o racionamento e os apagões viessem à tona, pois mais dia ou menos dia, a sociedade brasileira iria perceber que a falta de investimentos na infraestrutura elétrica no governo Temer e Bolsonaro levaria o sistema ao colapso.

Avanço de Sinal nº 2 – Tramitar o Projeto pelas Casas Legislativas sem constituir comissões, de forma tratorada e aproveitando dos ritos sumários estabelecidos pela pandemia – a velocidade de tramitação deixou uma pergunta: vale tudo para privatizar a Eletrobras a preço de banana? Sim. Praticamente não houve montagem de comissões, audiências públicas, espaços plurais e as avaliações de legalidade e constitucionalidade foram negligenciadas pelo Congresso Nacional. Mas, neste momento aconteceu o primeiro recuo tático.

Recuo Tático nº 1 – Abertura do “criatório de jabutis” como forma de tramitar o projeto junto ao Centrão e parlamentares indecisos – o Governo foi obrigado a recuar do seu projeto inicial e jogar para dentro da MP dezenas de jabutis. Romero Jucá uma vez falou “tem que mudar o governo para estancar a sangria”. Para a privatização da Eletrobras vale o ditado “tem que tratorar este processo e o governo terá que engolir os jabutis”. E assim foi feito, com um grande feirão de emendas e puxadinhos, no atacado e no varejo.

Avanço de Sinal nº 3 – Tramitação do projeto sem que os deputados e senadores tenham sequer em mãos o *valuation* da Eletrobras e análises corretas de impacto

tarifários – Privatizar uma empresa num modelo de capitalização, no qual a União será lateralizada na Assembleia de Acionistas (conforme o próprio texto legal), sem nem sequer apresentar ao parlamento um estudo de *valuation*, potencializa atos lesivos ao erário, além de mostrar a imaturidade e má fé do processo. **A Aneel foi partícipe deste projeto de governo, na medida em que fez análise de impacto tarifário inconsistente e com premissas desalinhadas ao cenário de restrição de oferta, severidade hídrica e riscos de racionamento já plenamente observados no período.** O ovo da serpente do apagão foi chocado e escondido para só eclodir depois da votação do projeto da Eletrobras. Mais um crime de lesa pátria deste governo, e primazia do timing político ao invés da boa gestão de uma crise que se avoluma (Guedes, Bento e Bolsonaro são os pais do apagão).

Avanço de Sinal nº 4 – Criação dos Fundos Regionais associado à privatização da Eletrobras, o que fere as leis orçamentárias e o teto de gastos (trata-se da famosa pedalada fiscal e orçamento paralelo) – os recursos, mais de R\$ 8,5 bilhões, deveriam ingressar no caixa da União como receita, a destinação dos recursos deveria estar prevista nas leis orçamentárias (PPA, LDO, LOA), a realização de obras públicas relativas aos fundos deveria respeitar os Arts. 165 e 167, I, da Constituição Federal, o comitê gestor que administrará os recursos é composto unicamente pelo Poder Executivo (constituindo violação à autorização legislativa das despesas públicas) além da criação do Fundo ser inconstitucional e violar Art. 167, XIV, da Constituição Federal. Trata-se de um orçamento paralelo para distribuir emendas em votações polêmicas, com governança de fundo de quintal, além de se inspirar no famoso caso dos tratores da Codevasf (que por sinal, era a companhia escolhida pelo relator para administrar parte dos fundos, e só foi retirada por conta dos escândalos).

Avanço de Sinal nº5 – Contratação pelo BNDES de empresa para fazer o *valuation* da Eletrobras por carta convite num formato repudiado pelo TCU e conflito de interesses do Banco Genial, acionista preferencialista, corretor de valores mobiliários e integrante do consórcio independente chancelado pelo BNDES – O Acórdão TCU TC 020.440/2020-0 relativo à desestatização do SERPRO, mostra que a mesma sistemática do BNDES foi utilizada no caso da Eletrobras, apesar de trazer vários riscos de direcionamento, haja vista a ausência de chamamento público de forma ampla (não há publicação do edital no Diário Oficial da União), risco de tratamento diferenciado a um seletor grupo de empresas pré-selecionadas, sigilo dos questionamentos ao processo e riscos relativos ao cerceamento do direito de outros concorrentes, arbitrariedade e desvio de finalidade. Uma prova cabal da fragilidade foi que o consórcio vencedor é integrado pelo Banco Genial, extremamente conflitado, pois é gestor de cerca de 5 % das ações preferenciais da Eletrobras, corretora de valores mobiliários e consultor “vulgo independente” para a modelagem do processo de capitalização que pode beneficiar preferencialistas (o seu caso) e prejudicar ordinaristas (caso da União). **As entidades já protocolaram queixas na Justiça e no TCU em relação a esta questão.**

Avanço de Sinal nº 6 - ANEEL fez consulta pública do contrato de concessão sem nem sequer apresentar dados da garantia física das usinas e desdizendo tudo que disse aos

parlamentares – A ANEEL coloca no contrato de concessão que a energia produzida pelas usinas hidrelétricas será comercializada ou utilizada pela Concessionária, até o limite da respectiva garantia física das usinas hidrelétricas, nas condições estabelecidas neste contrato, **a preços negociados livremente pela Concessionária com os compradores**. Pedimos para os tecnocratas e diretores explicarem esta mágica: **como é possível a ANEEL ter garantido aos parlamentares que não haveria aumento de tarifas se ela mesma defende que os preços e condições serão livremente negociados pela Eletrobras privada?** A ANEEL tem só dois caminhos: reconhecer que enganou o parlamento ou colocar travas no contrato de concessão que garantam a neutralidade do impacto tarifário.

Avanço de Sinal nº7 – criação da empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A – a criação desta empresa ainda será questionada pelos trabalhadores na Justiça e no TCU, na medida em que a nova empresa assume atribuições do objeto social da Eletrobras como realizar estudos, comercialização de energia elétrica, cooperação com o ministério vinculada a formulação da política energética do país, promoção e apoio de pesquisas de interesse empresarial no setor energético e participação de programas de estímulo a fontes alternativas de geração de energia, uso racional de energia e implantação de redes inteligentes de energia.

Desta forma, entendemos que seja prerrogativa exclusiva dos empregados da Eletrobras a execução de objeto social da Eletrobras que está se transferindo para a nova empresa, o que subsidiará nossa discussão judicial sobre a sede no Rio de Janeiro e ilegalidade de realização de concurso público para esta finalidade.

Por fim, o **maior “recuo tático” deste governo foi enganar a população brasileira sobre o risco de racionamento no primeiro semestre e sobre o tarifaço que aflige a atividade econômica e o orçamento das famílias ao longo de 2021 e se tornará mais dramático em 2022.**

Quem considera que o último recuo tático do Bolsonaro foi a cartinha do Temer, deveria observar como o recuo pode estar associado à negligência, à má fé, ao atraso, aos interesses da elite financeira nacional e internacional e aos prejuízos para a sociedade brasileira.

Seguimos lutando!

Compartilhe esse informe com os colegas!

Juntos somos sempre mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE ([links nas logos abaixo](#)).

A Diretoria, em 15 de setembro de 2021.

Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL

